



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

16º ENCONTRO REGIONAL DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO, FOMENTO À INTELIGÊNCIA E À SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL E DAS URNAS ELETRÔNICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. IDENTIFICAÇÃO

Data: 25/08/2022

Hora: 08h30.

Local da Reunião: UNESPAR - Auditório GRALHA AZUL.

Pauta/Finalidade: Apresentação do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, aos magistrados e magistradas da região de Apucarana, entidades representativas de classe dos municípios participantes, tais como Ordem dos Advogados do Brasil, agentes políticos, forças policiais que atuam nas eleições, universitários da UNESPAR e jovens estudantes de colégios de ensino médio, que em uma parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PR, também participam do evento. A audiência pública contou com a exposição de painéis pelo corpo técnico da instituição, abordando temas afetos às eleições gerais de 2022 e procedimentos da instituição, tais como [I] Inovações no TRE-PR, [II] Metas e Indicadores do Conselho Nacional de Justiça; [III] Ações e parcerias da comissão permanente de segurança do TRE-PR, [IV] serviços e atividades da comunicação social para atendimento aos juízes, chefes de cartório, imprensa e sociedade; [V] processo eleitoral eletrônico e segurança da urna eletrônica. **Unidades Expositoras:** Presidência, Secretaria da Presidência, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Comunicação Social e Comissão Permanente de Segurança. **Autoridades participantes:** O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador **Wellington Emanuel Coimbra de Moura**; o Juiz Diretor do Fórum Eleitoral de Apucarana, Doutor **Rogério Tragibo de Campos**; o Doutor **Valcir Mombach**, Diretor-Geral do TRE-PR, o Doutor **Josmar Ambrus**, Secretário da Presidência do TRE-PR, a Doutora **Larissa Ferraz Koteski**, Juíza Eleitoral de Manoel Ribas; a Doutora **Maria Ângela Carobrez Franzini**, Juíza Eleitoral de Grandes Rios; a Doutora **Maria Luiza Mourthe Alvim Andrade**, Juíza Eleitoral de Faxinal; O Doutor **Malcon Jackson Cummings**, Juiz Eleitoral de São João Do Ivaí; a Doutora **Márcia Andrade Gomes**, a Doutora **Danielle Marie De Farias Serigati Varasquim**, Juíza Eleitoral de Jaguapitã; a Doutora **Adriana Marques Dos Santos**, Juíza Eleitoral de Ivaiporã; o Doutor **Walterney Amâncio**, Juiz Eleitoral de Porecatu; o Doutor **Júlio Farah Neto**, Juiz Eleitoral de Primeiro De Maio; o Doutor **Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira**, Juiz Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

de Marilândia Do Sul; a Doutora **Karina De Azevedo Malaguido**, Juíza Eleitoral de Sertanópolis; o Doutor **Mario Augusto Quinteiro Celegatto**, Juiz Eleitoral de Nova Londrina; o Senhor **Sebastião Ferreira Martins Junior**, prefeito Municipal de Apucarana; o Doutor **Daniel Fernando Mateus Gomes**, Diretor do Campus da UNESPAR de Apucarana, o Secretário de Comunicação Social do TRE-PR, **Senhor Marden Lincoln Amaral Machado**; a Coordenadora de Comunicação Social, senhora **Rubiane Barros Barbosa Kreuz**; o Coordenador de Serviços e Ambiente da Secretaria da Informação, o senhor **Marcos Fábio Portela**; o Coordenador de Segurança, Transporte e Inteligência do TRE-PR, senhor **Flávio Henrique Marçal Rodrigues**, as equipes de apoio de audiovisual, ceremonial, transporte e segurança. Ainda, presentes autoridades e representantes de entidades de classe da comunidade, tudo conforme listas de presenças física e virtual que integram a presente ata como anexo.

2. PALESTRAS E DEBATES

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, realizou a abertura da audiência pública. Em seu pronunciamento, cumprimentou as autoridades presentes nominadas. Iniciou sua fala cumprimentando o Juiz Diretor do Fórum Eleitoral de Apucarana, o Doutor **Rogério Tragibo de Campos** e agradeceu o Doutor **Daniel Fernando Mateus Gomes**, Diretor do Campus da UNESPAR de Apucarana, representando o Magnífico Reitor da UNESPAR, o Doutor **Antônio Carlos Aleixo**, pelo empréstimo do auditório para a realização do 16º ENCOSEGUE. Falou sobre a comemoração dos 90 anos da Justiça Eleitoral, num momento tão significativo da nossa história e diante de uma eleição com tantos desafios. No entanto afirmou que as magistradas, magistrados e servidores que compõem a Justiça Eleitoral do Paraná estão altamente qualificados para esse enfrentamento, tendo como maior desafio o combate à desinformação. Discorreu sobre a coincidência do nome do local do evento e o projeto criado em 2020 o “Gralha Confere”, que tem como finalidade combater as *fake news* e desinformação, falou sobre a institucionalização do Projeto “Universidade Amiga”, que hoje conta com a participação de 102 instituições de ensino superior parceiras, em que cada aluna ou aluno, ao participar como mesário voluntário recebe por turno eleitoral, no mínimo 30 horas de atividade extracurricular, momento em que convidou os universitários a participarem desta ação. Expôs sobre o pioneirismo do TRE do Paraná, ao desenvolver “O novo sistema de prestação de contas”; ressaltou a confiança do Tribunal Superior Eleitoral - TSE no nosso Regional, devida grandiosidade do projeto que controlará cerca de “seis bilhões de reais”. Apresentou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

“Ouvidoria da Mulher” que atua no âmbito interno e externo do TRE e o “Projeto Justiça Eleitorais por Elas”. Findou seu discurso falando sobre a iniciativa do Regional para atrair os jovens, através do TIKTOK, o que fez com que o número de alistamentos entre jovens fosse de trinta e seis mil em 2020 para cento e vinte e cinco mil em 2022. Ainda, mencionou o “Projeto Cidadania Plena” que atuará com as pessoas institucionalizadas em casas de longa permanência e hospitalizadas. O Doutor Rogério Tragibo de Campos, Juiz Eleitoral de Apucarana, cumprimentou primeiramente os estudantes das escolas públicas presentes e as autoridades citadas, agradeceu ao Presidente do TRE-PR por prestigiarem a cidade de Apucarana e Vale do Ivaí, levando informação de qualidade e verdadeira. Discorreu sobre a sua trajetória como mesário eleitoral de 1989 a 2005, momento em que se tornou servidor da Justiça Eleitoral, afirmando que conheceu o processo eleitoral como mesário, servidor e agora como juiz eleitoral, atuando na seção eleitoral, no cartório eleitoral e magistrado. Encerrando o seu discurso com a citação do livro de Hannah Arendt - Origens do Totalitarismo. O Diretor-Geral do TRE-PR, Doutor Valcir Mombach, saudou os presentes, em especial os juízes e servidores e salientou que a eleição de 2022 está sendo uma das mais auditadas e questionadas pela sociedade e veículos de comunicação, nos últimos anos. Cabendo aos servidores que trabalham no processo eleitoral atuarem com mais transparência possível, disponibilizando à sociedade e à polícia federal, todas as mídias e equipamentos utilizados durante o processo para que sejam feitas as perícias necessárias até janeiro de 2023. Concluiu sua palestra falando sobre o funcionamento da auditoria das urnas, sobre o número máximo de 450 eleitores em cada seção e afirmou que quem faz as eleições é a sociedade. Em sequência, desconstitui-se a mesa de honra, foi consignada a presença da Doutora Lilian Seyer, Juíza Eleitoral de Jandaia do Sul e as apresentações dos painéis foram iniciadas. No primeiro painel do dia, o Doutor Josmar Ambrus, Secretário da Presidência do TRE-PR, falou sobre o tema “Inovação no TRE-PR, metas e indicadores do Conselho Nacional de Justiça”, abordando que finalidade da Audiência Pública é o diálogo com a sociedade, orientando sobre a importância da participação da sociedade civil através de perguntas para dirimir dúvidas. Franqueando a palavra aos juízes e juízas para sugestões e perguntas sobre os indicadores e metas. Apresentou uma “prestaçao de contas” da gestão do Des. Coimbra de Moura nos últimos seis meses, destacando o ponto “Inovação”, como sendo o principal dessa gestão. Discorreu sobre as mudanças que foram feitas como reestruturação do organograma, momento em que falou sobre a criação da Secretaria da Presidência, com enfoque ao “Planejamento Estratégico e Governança do Tribunal” e exemplificou discorrendo sobre as mudanças relacionadas à Secretaria de Tecnologia da Informação, como a criação do Núcleo de cibersegurança, que visa combater a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

atuação dos *hackers*. Narrou sobre a criação da segurança institucional com a criação da Polícia Judicial, que recebeu treinamento e equipamentos. Sobre a criação da Ouvidoria da Mulher e “Justiça Eleitoral por Elas”, cujas ações incentivam a participação das mulheres no cenário político. Findou a explanação falando sobre o trabalho realizado em parceria com a polícia militar, que também recebeu instrução técnica sobre a segurança da urna eletrônica e sobre o Projeto “Cidadania Plena”, apresentado por meio de vídeos institucionais, exibindo a finalidade do projeto, criado para garantir o exercício do voto a todos os cidadãos, incluindo aqueles que residem em locais de difícil acesso, como aldeias e quilombos e aqueles que estão impossibilitados de realizar o deslocamento até um local de votação, devido a razões como mobilidades reduzidas ou por estarem situados em instituições de longa permanência. Foi liberada à palavra ao público, momento em que foram realizadas as seguintes perguntas: I - *“Como atrair o interesse dos jovens para o ingresso na política, vendo que há um número pequeno desse nicho na política propriamente dita”* (SIC) - Por Whatapps/Saisonara, o que foi respondido sobre a existência da Escola Judiciária Eleitoral e explicou sobre o Parlamento Jovem; II - *“A gente houve falar muito que a Urna Eleitoral não tem segurança e gostaria que me explicasse, o porquê dessa insistente pergunta, assim que se ouve”* (SIC), o que foi respondido que a resposta seria dada na palestra do servidor Marcos Portela, sobre a urna eletrônica. Foi feita a consignação da presença dos vereadores mirins presentes dos colégios Cívico Militar Massarettto e Canale. No segundo painel, o Coordenador de Segurança, Transporte e Inteligência do TRE-PR, senhor Flávio Henrique Marçal Rodrigues, falou sobre as ações da Comissão Permanente de Segurança do TRE-PR, a qual busca auxiliar as decisões estratégicas tomadas pelo TRE-PR em relação à segurança da instituição e do processo eleitoral, que trabalha sobre um tripé “Colaboração, Cooperação e Integração”. Expôs também sobre os acordos de cooperação realizados entre os órgãos de segurança e inteligência do Estado e a Justiça Eleitoral, com a finalidade de gerar transparência e proximidade com a sociedade, explanando sobre a importância do jovem como ator no combate à desinformação. O terceiro painel iniciou com o seguinte questionamento: *Sendo mesário voluntário é obrigatório ser em todas as eleições?* (SIC), o que foi respondido que ele é voluntário naquela eleição, porém seu nome fica num cadastro que poderá ser usado futuramente. O Secretário de Comunicação Social do TRE-PR, Senhor Marden Machado, exibiu o portfólio de projetos da Comunicação Social do TRE-PR. Relatou ainda sobre o processo histórico da Comunicação Social dentro do TRE-PR, declarando que a Comunicação Social é relativamente nova dentro da Justiça Eleitoral. Segundo questionamento foi realizado: *“Qual o valor total em Reais investidos para se fazer uma eleição?”*, que foi respondido pelo Dr. Valcir Mombach que o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

valor é aproximadamente de cinco reais por eleitor. A senhora Rubiane Kreuz, Coordenadora de Comunicação Social no TRE-PR, expôs o programa “Universidade Amiga da Justiça Eleitoral”, criado a partir de 2020, com o propósito de atrair mesários voluntários a partir de uma parceria entre universidades e o TRE-PR, momento em que fez o convite para os universitários presentes participarem do projeto. Falou também sobre o programa permanente de enfrentamento à desinformação, denominado “Gralha Confere”. Informou sobre os canais de comunicação, dando ênfase ao TIKTOK e os embates enfrentados sobre o uso dessa nova ferramenta e esclareceu que é o TRE-PR o órgão público mais atuante nessa rede, com o maior número de visualizações. Para o último painel da manhã, foi convidado o Coordenador de Serviços e Ambiente da Tecnologia da Informação do TRE-PR, o senhor Marcos Fábio Portela, o qual apresentou as premissas que levaram a informatização do processo eleitoral; como esse processo aconteceu e alguns mecanismos de segurança da urna eletrônica. Iniciou sua fala com a importância do sigilo do voto e discorreu sobre a missão da Justiça Eleitoral em proteger este corolário, explicitando as formas de fraudes que aconteceram com o uso do voto impresso. Foi feito o seguinte questionamento: *I- Por mais que seja assegurado que as urnas eletrônicas sejam seguras, quais as dificuldades técnicas que fazem que a contagem dos votos não seja aberta ao público, através de lives, canal aberto, etc., visto que a internet facilita e muito a divulgação desse processo (SIC).* O servidor respondeu que: a contagem de votos não acontece na mão de ninguém, ela acontece dentro de um processador de computador, teríamos que olhar dentro da calculadora, o que deveria ser feito? Filmar uma sala cheia de computadores que ficam fazendo a contagem? Isso já acontece. Falou sobre a experiência vivida sobre a transmissão de votos realizada na cidade de Agudos do Sul, que aconteceu no pátio da igreja, uma vez que a escola usava a internet da igreja. Explanou sobre a forma de votação que acontece em outros países e afirmou que não podemos equiparar outros sistemas, uma vez que participamos de uma sociedade diferenciada com leis próprias e cultura diferente. Com o avanço da tecnologia a justiça eleitoral começou a se questionar de que forma poderiam diminuir a atuação humana dentro do processo eleitoral, através da tecnologia, o que culminou na criação da urna eletrônica, que é um equipamento próprio que foi criado através da convocação pela Justiça Eleitoral de várias instituições como órgãos de defesa, universidades, órgão de inteligência etc. Nenhuma empresa tem a propriedade da urna eletrônica, a empresa que produz a urna recebe esse projeto conforme repassado pelo grupo de engenheiros criadores da urna, após vencer processo licitatório público. Explicou sobre a urna eletrônica não ser conectada à “internet”, existindo somente uma forma da urna ser invadida: a forma física, que fica protegida com os lacres de segurança que alteram a sua cor quando violados. Foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

questionado sobre a possibilidade de infectar uma urna eletrônica com um vírus? Discorreu sobre a existência das 30 camadas de segurança das urnas eletrônicas, testes internos de segurança, testes externos (abertos à sociedade) e expôs de formas gerais a maneira como opera todo o processo de cerimônias de auditorias externas, realizados anteriormente às eleições e também no dia das eleições, findando com os sistemas de segurança físicas (lacres das urnas) e os sistemas de informática (mídias). Falou sobre os testes aplicados na urna eletrônica, sobre a lacração dos sistemas eleitorais, tornando-os oficiais não podendo ser mais modificados através das assinaturas digitais. Findando a explicação abordando as cerimônias de geração de mídias e preparação das urnas, além dos atos pós-eleições. Foi aberta a palavra aos presentes diante da natureza do evento de “Audiência Pública e não havendo manifestações, o presidente do TRE-PR, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, encerrou a audiência pública agradecendo a presença das autoridades locais, ressaltando que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná busca servir com excelência à toda sociedade.

3. DELIBERAÇÕES / ENCAMINHAMENTOS

Finalizados os painéis, abriu-se a oportunidade para que a sociedade apresentasse críticas ou proposições para análise dos presentes, do que, não havendo manifestações, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, agradeceu a presença, reiterou estar à disposição dos juízes e juízas eleitorais e declarou encerrada a reunião às 12h20. A audiência pública abrangeu os municípios de Apucarana; Manoel Ribas; Grandes Rios; Faxinal; São José Do Ivaí; Ivaiporã; Jandaia do Sul; Porecatu; Jaguapitã; Primeiro de Maio; Ortigueira; Marilândia do Sul; Sertanópolis e Bela Vista do Paraíso.

4. ENCERRAMENTO

Eu, _____ Valcir Mombach, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná lavrei a presente ata, que é assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

DES. COIMBRA DE MOURA

Presidente



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 443515/2022, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p style="text-align: right;">WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA <i>Assinado eletronicamente em 10/10/2022 17:09:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.